

A ÉTICA DO *UBUNTU*

Mogobe B. Ramose

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

Abordaremos o tema da ética *ubuntu*, em primeiro lugar, apresentando uma determinada definição de ética. Com base nessa definição, mostraremos que a ética do *ubuntu* repousa sobre um sólido fundamento filosófico. Nosso próximo passo será mostrar, na forma de exemplos, alguns aspectos do edifício da ética do *ubuntu*.

Ética pode ser definida como a ciência da moralidade, isto é, o estudo do significado do que seja bom e mau em relação ao comportamento humano. A ética entendida dessa maneira possui duas interpretações¹. Uma trata de focar o comportamento moral humano enquanto ele se manifesta na prática. Por meio de contraste e comparação de diferentes comportamentos morais, a ciência da ética fornece uma explicação para a conduta moral humana. O outro significado de ética é que ela é uma filosofia, isto é, um foco sobre os princípios específicos subjacentes ao comportamento moral particular e também uma justificação desses princípios. Nosso argumento é que a ética *ubuntu* é consistente com ambos os sentidos do significado do termo ética².

A filosofia da ética *ubuntu*

Nesta seção nos debruçaremos sobre o fundamento filosófico da ética do *ubuntu*. *Ubuntu* como conceito e experiência está ligado epistemologicamente a *umuntu*. Com base nesta ligação, *umuntu* postula *ubuntu* como sua categoria normativa básica da ética. Kagamé sugere corretamente que *muntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu* são as quatro categorias da filosofia africana³. Porém, a enumeração não é completa nem suficiente sem a inclusão de *ubuntu*. *Ubuntu* é a quinta categoria básica da filosofia africana. É a categoria ética normativa que prescreve e, portanto, deve permear a relação entre *muntu*, *kintu*, *hantu*, e *kuntu*.

A ideia da relação entre as quatro categorias de Kagamé e *ubuntu* precisa ser entendida desde a perspectiva de que a filosofia africana é consistente com a posição filosófica de que o movimento é o princípio do ser, entendido como “ser-sendo”¹. De acordo com esse entendimento, a condição do ser-sendo com respeito a toda entidade significa que ser é ser na

¹ No original, foi utilizado o substantivo “being”, na forma separada “be-ing”, para denotar *ser* em movimento, de modo que usaremos a expressão “ser-sendo”, para traduzir esta expressão. (N. da T.)

condição de *dade*. Tudo que é percebido como um todo é sempre uma total-idade no sentido de que ex-iste e per-siste em direção ao que ainda está para ser. Porque esta é uma característica de toda entidade existente, ser-sendo deve ser entendido sempre como uma total-idade. O nosso argumento afirma que *ubu-ntu* sublinha e é consistente com esse entendimento filosófico do ser-sendo.

Filosoficamente, é melhor abordar este termo como uma palavra com hífen, a saber, *ubu-ntu*. *Ubuntu* é, na verdade, duas palavras em uma. Consiste no prefixo *ubu-* e a raiz *-ntu*. *Ubu-* evoca a ideia geral de ser-sendo. É o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da ex-istência de uma entidade particular. *Ubu-* como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, contínua e incessante por meio de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, *ubu-* está sempre orientado em direção a *-ntu*. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre *ubu-* e *-ntu*. *Ubu-* e *-ntu* não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como un-idade e total-idade indivisível. Portanto, *ubu-ntu* é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua bantu. É a indivisível un-idade e total-idade da ontologia e epistemologia. *Ubu-* como entendimento generalizado do ser-sendo pode ser visto como distintamente ontológico. Já *-ntu* enquanto o ponto nodal em que o ser-sendo assume a forma concreta ou o modo de ser no processo de descobrimento contínuo pode ser visto como distintamente epistemológico.

Falar sobre ontologia e epistemologia não faz sentido se se evita a efetiva existência de um organismo vivo que efetivamente percebe e está consciente de sua própria ex-istência, assim como da dos outros. *Umntu* é o ser-sendo que restitui a coincidência entre ontologia e epistemologia de forma significativa. Por meio da faculdade da consciência ou ciência de si, *umuntu* libera a fala do ser e persegue sua racionalidade através do diálogo do ser-sendo com o ser. A interação deste último – como uma parte indivisível do ser-sendo – com o ser-sendo como uma totalidade é a razão da nossa declaração, a saber, o “diálogo do ser com o ser”. Agora nos voltaremos para o significado da relação entre *ubuntu* e *umuntu*.

A palavra *umu-* compartilha um aspecto ontológico idêntico com a palavra *ubu-*. Considerando que o alcance de *ubu-* é a generalidade mais ampla, *umu-* tende em direção ao mais específico. Em conjunto com *-ntu*, então *umu-* torna-se *umuntu*. *Umntu* significa a emergência do *homo loquens* que é simultaneamente um *homo sapiens*. Na linguagem comum, significa o ser-sendo humano: o criador da política, da religião e da lei. *Umntu* então é a manifestação concreta específica de *umu-*: é um movimento que se afasta do generalizado para o específico concreto.

Umuntu é a entidade específica que continua a conduzir uma investigação sobre o ser-sendo, a experiência, o conhecimento e a verdade. Isto é mais uma atividade do que um ato. É um processo em andamento impossível de ser parado, a não ser que o movimento em si seja parado. Neste raciocínio, *ubu-* pode ser considerado como um ser-sendo vindo a ser e isso evidentemente implica a ideia de movimento. Nós propomos considerar tal movimento incessante mais como verbal do que como um verbo. *-Ntu* pode ser interpretado como o tendo se transformado temporariamente. Neste sentido, *-ntu* é um substantivo. A indivisível un-idade e total-idade de *ubu-ntu* significa, portanto, que *ubuntu* é um substantivo verbal.

Sob a luz da análise acima sobre *ubuntu* e *umuntu*, consideramos a seguinte tese questionável.

NTU é a força universal como tal, a qual, porém, nunca ocorre separada de suas manifestações: *Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu*. NTU é o ser em si, a força cósmica universal, cujas manifestações só podem ser abstraídas pelo pensamento moderno e racional. NTU é a força na qual Ser e seres aglutinam-se... NTU é o que *Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu* são igualmente. Força e matéria não estão sendo unificadas nesta concepção; ao contrário, elas nunca estiveram separadas.⁴

Em nossa visão, não é “ntu” mas “ubu” a “força universal” ou o conceito com o máximo nível de generalidade. Podemos nos voltar a outra língua bantu, sepedi, para ilustrar isso. O sinônimo sepedi para *ubuntu* é *botho*. Este é também divisível em duas palavras, a saber, *bo-* e *tho*. Nós sugerimos que *ubu/bo-* é o conceito com o máximo nível de generalidade. *Bo-* combinado com *tlhale* produz o termo *botlhale*. Em linha com a lógica de *umu-, mo-* em sepedi, a combinação de *mo-* e *tlhale* produz o substantivo, isto é, a especificidade concreta, *motlhalefi*. *Bo-* combinado com *kgomana* produz *bokgomana* e a combinação com *mo-* produz o substantivo *mokgomana*. Esses dois exemplos mostram:

- 1) Que *bo-* é abstrato e geral ao mesmo tempo. Por meio de combinação com outras palavras, conserva e preserva seu caráter abstrato.
- 2) Que *mo-* é orientado ao concreto. Por meio de combinação com outras palavras assume o caráter substantivo, tornando possível especificar suas determinações específicas. Especificar as determinações, é, por definição, reconhecer as limitações do substantivo. Isso significa que *mo-* tem uma especificidade um tanto restrita e um alcance limitado, comparado com *bo-*. Portanto, a combinação *bo-tho* e *ubu-ntu* é muito mais geral e ampla em seu escopo do que *mo-tho* e *umu-ntu*.

Nós concluímos, por essa razão, que é *ubu* e não *ntu* a “força universal”.

Como o movimento é o princípio do ser-sendo para *ubuntu*, fazer-fazendo tem precedência sobre o fazer-fazedor² sem, ao mesmo tempo, atribuir seja uma separação radical, seja uma oposição irreconciliável entre os dois. “Dois” aqui se refere somente aos dois aspectos de uma e da mesma realidade. *Ubuntu* portanto é um gerúndio. Mas é também um gerundivo ao mesmo tempo, já que no nível epistemológico pode se cristalizar numa forma particular de organização social, religião ou lei. *Ubuntu* é sempre um sufixo formador de substantivos abstratos (dade)³ e não um sufixo formador de substantivos que significam condição (ismo)⁴. Nós alegamos que esta lógica de *ubu-ntu* também se aplica a *bu-* e *-nbu* na língua shona do Zimbábue. Portanto não pode ser apresentada como *hunbuisimo*⁵, como Samkange o fez. O sufixo -ismo dá a errônea impressão de que estamos lidando com verbos e substantivos como entidades fixas e separadas, existindo independentemente. Desta maneira, eles funcionam como fixações para ideias e práticas que são de alguma forma dogmáticas e, por isso, inalteráveis. Tal dogmatismo e imutabilidade constituem a falsa necessidade baseada no raciocínio fragmentado. Este último é o raciocínio – baseado no entendimento de sujeito-verbo-objeto da estrutura da linguagem – que postula uma oposição fundamental irreconciliável em ser-sendo vindo a ser. Com base nesta oposição atribuída o ser-sendo vindo a ser é fragmentado em pedaços da realidade com suas próprias existências independentes. A lógica de *ubuntu* é em direção ao sufixo formador de substantivos abstratos (dade). Esta lógica se coloca em oposição ao dogmatismo do raciocínio fragmentado. Um dos primeiros princípios da ética *ubuntu* é a libertação do dogmatismo. É flexibilidade orientada para o equilíbrio e para a harmonia no relacionamento entre seres humanos, e entre os últimos e o mais abrangente ser-sendo ou natureza.

O precedente significa que a ética de *ubuntu* se sustenta sozinha e tem feito assim no passado. Em termos de sua perspectiva filosófica e evolução histórica, a ética de *ubuntu* não pode ser reduzida a uma essência. Mesmo assim, a exposição da ética *ubuntu* por Augustine Shutte faz exatamente isso: é uma tentativa de reduzir a ética de *ubuntu* a uma essência, a saber, “a comunidade”. Usando imagens corporais e seleções aleatórias para identificar a essência da ética *ubuntu*, Shutte escreve:

É preciso distinguir o coração de UBUNTU de suas várias manifestações exteriores... Neste livro, usarei duas ideias sobre a natureza humana, uma europeia e outra africana, como fundamento para uma ética de UBUNTU para uma nova África do Sul... A ideia europeia é a ideia da liberdade, de que indivíduos têm o poder da livre escolha. A ideia africana é a ideia da comunidade, de que pessoas

² No original, “do-ing” e “do-er”, mais uma vez denotando a ideia de movimento N. da T.)

³ No original, “-ness”(N. da T.)

⁴ No original, “-ism” (N. da T.)

dependem de outras pessoas para serem pessoas. Eu usarei essas duas ideias para construir uma ética de UBUNTU que seja verdadeira para a tradição africana mas que também possa ser aplicada ao novo mundo que a ciência e a tecnologia europeias estão criando.⁶

Nós consideramos essa exposição problemática em três níveis, a saber, metodológico, semântico e histórico. As considerações seguintes dizem respeito à metodologia. Shutte aborda a questão da ética *ubuntu* desde o ponto de vista de um estrangeiro ao *ubuntu*. Ele assevera:

Em minha comunidade da igreja e em meu trabalho como acadêmico, assim como em contextos sociais e políticos, entrei em contato com muitas pessoas que possuem um conhecimento tradicional da cultura africana... Mas o “apartheid” tornou isso difícil na maior parte da minha vida. Agora, no entanto, estou tocado pelos que cresceram nesta cultura, algo que não é fácil de definir mas, apesar disso, real. Eu só posso descrever isso como um espírito, uma forma compartilhada de ver o mundo e de se relacionar com as pessoas. Foi para este espírito e para esta visão que eu mais tarde aprendi a dar o nome UBUNTU.⁷

Por ser forasteiro, Shutte situa-se um pouco afastado de *ubuntu*. Esta distância entre ele e *ubuntu* significa que ele se apoia numa plataforma da experiência, um paradigma epistemológico que precisa refletir alguma diferença mínima entre ele e a epistemologia *ubuntu*. Em alguma medida, sua plataforma epistemológica determina sua forma de observar e interpretar *ubuntu*. Shutte, então, está observando *ubuntu* e interpretando-o desde o ponto de vista de um “europeu”. Isso ele admite espontaneamente nesses termos:

Eu tenho feito o meu melhor para ser fiel às diferentes tradições, a africana e a europeia. Como eu mesmo fui criado e educado na tradição europeia, tenho procurado verificar cuidadosamente o que tenho escrito com colegas e amigos africanos.⁸

Shutte não só admite que está observando *ubuntu* do ponto de vista do europeu, como também reconhece que as tradições culturais africana e europeia são “diferentes”. Tendo reconhecido essa diferença, Shutte não responde por que é necessário, como ele faz, metamorfosear – como Tomás de Aquino fez com a filosofia de Aristóteles para torná-la cristã – *ubuntu*. Sua tese da metamorfose de *ubuntu* é expressa nesses termos:

O conceito de UBUNTU tem se tornado para mim a chave para responder essas questões... A palavra UBUNTU significa humanidade. O conceito de UBUNTU encorpa um entendimento do que é ser humano e o que é necessário para que seres humanos cresçam e encontrem satisfação. É um conceito ético e expressa uma visão do que é valioso e do que vale a pena na vida. Essa visão está enraizada na

história da África e está no centro da cultura da maior parte dos sul-africanos. Mas os valores que ela contém não estão somente na África. Eles são valores da humanidade enquanto tal e, portanto, universais. E, na minha visão, a compreensão e visão de humanidade encorpada no conceito de UBUNTU é algo de vital importância para o mundo contemporâneo, não apenas para a África do Sul contemporânea, mas para todas as outras nações também, desenvolvidas ou não.

A ética, como um ramo da filosofia, é sempre crítica. Então o que estou apresentando é uma interpretação crítica de ambas as tradições, a africana e a europeia. Mas meu objetivo final é mais criativo do que crítico. Eu quero criar e aplicar uma ética de UBUNTU que seja baseada nas intuições universais genuínas dos pensamentos europeu e africano e, assim, como as próprias intuições podem ser reconciliadas, será possível reconciliar também os diferentes elementos de uma nova cultura sul-africana.⁹

Para argumentar, como ele faz, que (1) as intuições da ética *ubuntu* não são africanas, mas universais: (2) não é sua intenção oferecer uma exposição de *ubuntu* mas sim usar suas intuições de forma criativa: isso é, na melhor das hipóteses, ocultar a característica filosófica de *ubuntu* e, na pior, negar que *ubuntu* tenha qualquer característica filosófica. Dissolver a especificidade de *ubuntu* em abstrata “universalidade” é negar seu direito de ser diferente. É dar primazia indevida ao universal sobre o particular. Essa dissolução não ilumina nem encerra a questão de universais e particulares. Na verdade, o apelo à criatividade de Shutte ironicamente traz esta questão à tona precisamente porque não se pode assumir validamente que ele está criando do nada a partir de *ubuntu*. Além do mais, sua condição de criador externo ao paradigma epistemológico de *ubuntu* não pode significar que ele está criando a partir do nada. O fato de ele permanecer como um forasteiro em relação a *ubuntu* significa que *ubuntu* existe ao largo e independentemente dele. *Ubuntu* já existe como algo, não como nada. Portanto, o ato criativo de Shutte não pode ser criação a partir do nada. Então seu ato de criação passa a ser a transformação de *ubuntu* em algo que ele não era. Em outras palavras, a criatividade declarada de Shutte é a metamorfose de *ubuntu*. A questão permanece: por que essa metamorfose é necessária?

A tese da metamorfose de *ubuntu* de Shutte também é problemática no nível semântico. À luz de nossa consideração, que a filosofia *ubuntu* origina-se da premissa de que movimento é o princípio do ser-sendo, a tese segundo a qual *ubuntu* significa “humanidade” é questionável. Certamente, “humanidade” como ideia abstrata é conceitualmente distinta de humani-dade⁵. Aquela primeira habita o mundo das ideias de Platão, em que as ideias são estagnadas, imutáveis e eternas. Mas o universo de -dade⁶ é caracterizado pela dinamicidade, pela mudança e temporalidade. É, portanto, problemático aceitar o significado de Shutte para *ubuntu* como

⁵ “human-ness”, no original (N. da T)

⁶ “-ness”, no original (N. da T.)

consistente com a perspectiva filosófica de onde o conceito se origina. Sem a resolução desse problema, fica claro que sua exposição da ética de *ubuntu* é fundamentalmente falha.

A exposição de Shutte de uma ética de *ubuntu* é também problemática do ponto de vista da história. Mesmo que ele reconheça que “a visão de *ubuntu* está enraizada na história da África e está no centro da cultura da maioria dos sul-africanos”, ele não apresenta uma consideração do significado de história desde o ponto de vista da “cultura da maioria dos sul-africanos”. Essa falta de consideração se mostra claramente em sua tese, postulada desta maneira:

Estou pensando especialmente na história da atual situação pós-apartheid de nosso país. Central para isso foi o modo como pessoas de diferentes partes do mundo vieram juntas para a parte mais ao sul da África. Os san, os khoikhoi, os vários povos bantu, europeus de várias nacionalidades e povos de diversas terras orientais se encontraram e começaram a viver lado a lado neste lugar. O que mais impressiona sobre os encontros originais é a quase total falta de entendimento (incluindo, claro, o entendimento da língua) entre os grupos envolvidos.¹⁰

Primeiro. A tese acima é um eco do preâmbulo à Constituição da África do Sul, de 1961. Ali, o conquistador europeu reivindica título e soberania sobre o território dos povos nativos conquistados. A reivindicação do conquistador europeu repousa sobre dois fundamentos. O primeiro é que o território é um presente de “Deus”. O mesmo “Deus” ofereceu este presente ao permitir o uso injustificado da violência da colonização. De acordo com o conquistador, esse uso injustificado da violência cristalizou-se no direito de conquista, como era chamado. Em nome deste direito questionável, os povos nativos conquistados perderam seus títulos e soberania sobre seu território. Sobre as bases desse direito questionável, tanto a velha colônia como a “nova” África do Sul pós-1994 foram erguidas. Certamente, é uma tentativa de se disfarçar a violência injustificada da colonização no lugar que veio a ser conhecido como África do Sul em alguma espécie de encontro amigável de povos que decidiram “viver lado a lado neste lugar”. A controvérsia lançada por Shutte é que a África do Sul ainda está em construção.

É isto que está tão claro no caso da África do Sul. África do Sul é um nome para algo que ainda está no processo de ser construído. É um nome vago e estranho para isso... Este contorno da costa significava que os povos que chegavam por terra não podiam seguir adiante. E também significava que os povos de outras terras poderiam vir para cá.¹¹

Isso não pode ser tomado seriamente a não ser que (a) desmascare a violência injustificada da colonização e (b) questione o “direito de conquista” em base ética e política.

Segundo. A representação de Shutte da África do Sul como *terra nullius* – um território virgem aberto à ocupação de qualquer um – é uma fiel e acrítica rerepresentação do dogma da história da África do Sul de acordo com o conquistador.

Terceiro. O fracasso de Shutte em problematizar a violência injustificada da colonização junto com sua reafirmação do dogma da história da África do Sul de acordo com o conquistador revelam uma insensibilidade ética em relação às legítimas reivindicações morais e políticas dos “san, dos khoikhoi, e dos vários povos bantu”. Invocar *ubuntu* à luz dessa insensibilidade ética significa enfraquecer a filosofia e a ética de *ubuntu*. Com base nas nossas considerações com relação à metodologia, semântica e história, concluímos que a promessa de Shutte de oferecer uma ética de *ubuntu* está completamente comprometida do ponto de vista filosófico, histórico e ético. Entretanto, suas intuições com relação ao direito de propriedade são louváveis e merecem sérias considerações desde o ponto de vista da ética de *ubuntu*.

***Ubuntu* através da família**

A família é tão antiga quanto a humanidade. Ainda assim, o que isso significa precisamente difere de uma cultura para outra. Para algumas, o amor é a base da família. É o amor que precisa levar ao casamento, seguido da procriação de crianças. Casamento, de acordo com este entendimento de família, precisa ser monogâmico. Para outras culturas, o amor entre parceiros desempenha um papel, mas não é necessariamente decisivo para a formação da família. Casamento, seguido por procriação, também pertence a este entendimento de família. Entretanto, casamento aqui não precisa ser monogâmico. Que o casamento não precise necessariamente ser monogâmico é uma das práticas ancestrais da filosofia *ubuntu*. A família neste entendimento ainda é governada por uma das máximas éticas de *ubuntu*, a saber, *motho ke motho ka batho*.¹² Esta máxima realça a importância vital do reconhecimento e respeito mútuos, complementado pelo cuidado e partilha recíprocos na construção de relações humanas. De acordo com esse entendimento de família, é antiético reter ou negar *botho/ubuntu* a um membro da família, em primeiro lugar, e à comunidade, em geral. Em outras palavras, caridade começa em casa.

Agir de acordo com essa máxima em um contexto dominado pelos preceitos do sistema econômico de livre mercado traz consigo uma série de problemas. O primeiro é a distinção neste contexto entre emprego e trabalho. O primeiro é razoavelmente garantido em uma maneira formal dos meios de subsistir, enquanto a subsistência do último é deixada aos caprichos do acaso. Por essa razão o último acha eticamente aceitável abordar os membros empregados da família para buscar ajuda. Os membros familiares empregados tendem a responder positivamente de acordo com a máxima *motho ke motho ka batho*. Entretanto, eles percebem no decurso do tempo que seus meios permanecem limitados e que, portanto, não podem ajudar todos os membros da família, a família estendida. Ainda assim o ímpeto de manter

ubuntu também permanece vivo. Diante dessa tensão, uma resolução precisa ser encontrada. Uma forma de fazer isso é tornar possível para outros membros da família encontrarem um emprego. Então surge a acusação de nepotismo. O nepotismo resolve o problema de um ponto de vista, mas atrai críticas de outro. Ainda que isso não seja suficiente, os já empregados poderiam até tentar e tornar possível um emprego para membros de suas comunidades. Como a comunidade é constituída por uma rede de famílias relacionadas, esta prática logo atrai a crítica do etnocentrismo. Quase sempre essas críticas chamam mais atenção do que as razões por trás das práticas. Não há dúvidas de que as críticas são legítimas, uma vez que nenhuma família sozinha ou comunidade podem ter o direito à subsistência negando o mesmo direito aos outros. A tensão que leva às críticas pode certamente ser atribuída às diferenças culturais. Entretanto, o problema é muito mais que cultural. Ele é filosófico. A ideia de família faz sentido somente se é entendida como uma espécie de cerca. É a mãe, o pai e o filho. Ninguém fora disso pode reivindicar ser a mãe, o pai ou o filho da mesma forma para exatamente as mesmas pessoas. Também a ideia de comunidade implica em algum tipo de cerca. Assim, o procedimento é nomear, tomar posse e cercar. Isto é o que chamamos raciocínio confinado. Humanos e até mesmo “deus”, todos seguem o caminho do raciocínio confinado. O problema filosófico não é com o raciocínio confinado em si, mas com a razão e os efeitos da exclusão de outros. A ética *ubuntu* toma conhecimento disso. Ela resolve o problema da exclusão no raciocínio confinado prescrevendo reconhecimento e respeito mútuos complementado por cuidado e partilha recíprocos. Então *motho ke motho ka batho* é a máxima que prescreve limites permeáveis e não permeáveis.

NOTAS

1 – “Ethiek”, Winkler Prins encyclopedie, Achtse Deel, Amsterdam/Brussel: Elsevier, 1950:327-328.

2 – O que segue é o significado de ética como apresentado em nossa definição estipulada. “Consequentemente, ética pode ser definida como a ciência da retidão moral dos atos humanos de acordo com os princípios da razão natural. Lógica e ética são ciências normativas e práticas, pois prescrevem normas ou regras para atividades humanas e mostram como, de acordo com essas normas, alguém deve direcionar suas ações. Ética é preeminentemente prática e diretiva; pois ela ordena as atividades da vontade, e esta última que põe todas as outras faculdades em movimento... Além do mais, a ética não somente direciona o homem sobre como agir, se ele quer ser moralmente bom, mas também impõe a ele a absoluta obrigação de fazer o bem e evitar o mal. Uma distinção precisa ser desenhada entre ética e moral, ou moralidade. Todas as pessoas, até mesmo as mais incivilizadas e aculturadas, têm sua própria moralidade ou soma de prescrições que governam suas condutas morais. A natureza providenciou que cada homem estabeleça para si um código de conceitos morais e princípios aplicáveis aos detalhes da vida prática, sem a necessidade de esperar as conclusões da ciência. Ética é o tratamento científico ou filosófico da moralidade”. The Catholic encyclopedia, vol. 5, London: Caxton Publishing Company, 1909:556. É causa comum que o conceito de ciência é contestável, por exemplo, à

luz da epistemologia feminista. Sem uma exposição dos pontos contestados – principalmente porque a discussão se tornaria excessivamente repetitiva – nós afirmamos que não há base para excluir a ética de *ubuntu* do campo da “ciência”.

3 – Kagamé, A. La philosophie Bantu-Rwandaise de l’etre. Dissertação de doutorado apresentada na Gregorian Pontifical University, Rome 1955:99-119.

4 – Jahn, J. Muntu. Tr. M. Grene, New York: Grove Press, Inc., 1958:102

5 – Samkange, S and Samkange, T.M. Hunhuism ou ubuntuism: A Zimbabwe indigenous political philosophy, Salisburg: Graham Publishing, 1980.

6 – Shutte, A. Ubuntu: An ethic for a New South Africa, Pietermaritzburg: Cluster Publications, 2001:10.

7 – Shutte, A., op. Cit.: 8.

8 - Shutte, A., op. Cit.: 10.

9 - Shutte, A., op. Cit.: 2 and 10-11.

10 - Shutte, A., op. Cit.: 191.

11 - Shutte, A., op. Cit.: 185.

12 Ramose, M.B. “Specific African thought structures and their possible contribution to world Peace”, in H. Beck and G. Schmirber (eds.), Creative Peace through encounter of world cultures, 9, Frankfurt am Main: Peter Lang, 1995:230.